

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO DA RENDAS DE BILRO DOS MORROS DA MARIANA. PIAUÍ. BRASIL

Áurea da Paz Pinheiro*
Marinete Martins Vasconcelos**
Rita de Cássia Moura Carvalho***

RESUMO

Ao longo deste artigo apresentamos um inventário participativo do ofício e modos de saber-fazer da Renda de Bilro em Ilha Grande, no Estado do Piauí, em andamento desde 2020. O trabalho tem sido inventariar e construir com e para as rendeiras um plano de salvaguarda desse patrimônio cultural de natureza imaterial. A intenção é inventariar de forma colaborativa, participativa, construindo registros sonoros e audiovisuais, produzir um livro registro e um documentário etnográfico. O lugar dos estudos e intervenções é Ilha Grande, antigo Morros da Mariana, um dos dez municípios que integram a Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, no Meio Norte do Brasil. Ilha Grande é a porta de entrada para o Delta do Parnaíba, o único a desaguar em mar aberto das Américas. Trata-se de uma localidade remanescente de povos originários, detentora de um rico e complexo patrimônio cultural, com destaque para as artes de pesca artesanal e a renda de bilro, presentes na Ilha desde a colonização portuguesa no século XVI, consideradas uma das mais antigas e ricas manifestações de arte em linha, a renda e a rede de pesca. Na renda há a manipulação de bilros, sobre uma almofada cilíndrica por mãos habilidosas de mulheres com exímia delicadeza. Estamos a usar como metodologia a pesquisa social aplicada,

* Áurea da Paz Pinheiro. Doutora em História (Unicamp/SP); Pós-doutorada em Ciências da Arte e do Patrimônio – Museologia (Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa); Professora Visitante Exterior na Universidade de Coimbra, Portugal; Pesquisadora do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra; Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro (IHGB); Professora e Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí / Universidade Federal do Delta do Parnaíba. E-mail: aureapazpinheiro@gmail.com

** Mestranda no Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí / Universidade Federal do Delta do Parnaíba. E-mail: marinete@oi.com.br

*** Doutora em Belas-Artes pela Universidade de Lisboa; Pesquisadora do Centro de Ecologia Funcional da Universidade de Coimbra; Professora do Programa de Pós-graduação em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí / Universidade Federal do Delta do Parnaíba. E-mail: cassia.moura@gmail.com

qualitativa, participativa no campo do patrimônio cultural imaterial e museologia, reconhecendo a importância da salvaguarda desse ofício e modos de saber-fazer. Vale referenciar que adaptamos as fichas Manual do Inventário Nacional de Referências Culturais, uma metodologia do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para a construção do Inventário; estamos a dialogar com autores que se dedicam ao campo do patrimônio e museologia: Varine (2013), Londres (2012), Leite (2016), Pinheiro (2015), dentre outros autores de referência na pesquisa social, participativa, como: Thiollent (2011), Brandão (2006). Usamos também a história oral, que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de nos aproximar do objeto de estudo, como nos informa Alberti (2005); Portelli (1997). Como técnicas estamos a realizar rodas de conversas, que nos permitirão trabalhar e registrar memórias, experiências vividas de geração em geração.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Piauí. Renda de Bilro. Inventário Participativo

ABSTRACT

Throughout this article we present a participatory inventory of the craft and ways of know-how of the Renda de Bilro in Ilha Grande, in the State of Piauí, in progress since 2020. The work has been to inventory and build with and for the lace-makers a plan to safeguard this intangible cultural heritage. The intention is to make an inventory in a collaborative, participatory way, building sound and audiovisual records, producing a book and an ethnographic documentary. The place for the studies and interventions is Ilha Grande, formerly Morros da Mariana, one of the ten municipalities that make up the Environmental Protection Area Delta do Parnaíba, in the Mid North of Brazil. Ilha Grande is the gateway to the Parnaíba Delta, the only one that flows into the open sea in the Americas. It is a remnant of original peoples, with a rich and complex cultural heritage, especially the art of fishing and bobbin lace, present on the island since the Portuguese colonization in the sixteenth century, considered one of the oldest and richest manifestations of line art, the lace and the fishing net. In the lace there is the manipulation of bobbins on a cylindrical cushion by the skilled hands of women with exquisite delicacy. We are using as methodology the applied social, qualitative, participative research in the field of intangible cultural heritage and museology, recognizing the importance of safeguarding this craft and ways of know-how. It is worth mentioning that we adapted the Manual sheets of the National Inventory of Cultural References, a methodology of the Institute of National Historical and Artistic Heritage, for the construction of the Inventory; we are dialoguing with authors who are dedicated to the field of heritage and museology: Varine (2013), Londres (2012), Leite (2016), Pinheiro (2015), among other authors of reference in social, participatory research, such as: Thiollent (2011), Brandão (2006). We also use oral history, which privileges the realization of interviews with people who participated or witnessed events, conjunctures, worldviews, as a way to bring us closer to the object of study, as Alberti (2005); Portelli (1997) informs us. As techniques we are carrying out conversation wheels,

which will allow us to work and register memories, experiences lived from generation to generation.

Keywords: Cultural Heritage. Piauí. Bilro Lace. Participatory Inventory

Introdução e contexto

Estamos a realizar um Inventário Participativo (IP) do ofício e modo de saber-fazer da renda de bilro dos Morros de Mariana, hoje, Ilha Grande, Estado do Piauí, um dos dez municípios que fazem parte da Área de Proteção Ambiental (APA) Delta do Parnaíba, entre os estados do Maranhão e Ceará, Meio Norte.

Mapa 1 – Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba – APA



Fonte: <http://bioteia.com.br/apadelta/cadernos-orientadores/>

A APA Delta do Parnaíba é uma Unidade de Conservação Federal (UC) criada por decreto (s/n) de 28.08.1996. Tem aproximadamente 25% de seu território composto por águas jurisdicionais e com uma população residente de aproximadamente 360.000 habitantes. (ICMBio, 2020). Tem como missão proteger o ecossistema costeiro formado por mangues e dunas dos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará. Garantir a proteção dos delta dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com fauna, flora e fluxo dunar, remanescentes de mata aluvial e dos recursos hídricos, a fim de

melhorar a qualidade de vida das populações ribeirinhas e praias no que refere ao uso sustentável do território. A Portaria nº 827 de agosto de 2020 publicou o Plano de Manejo da APA Delta do Parnaíba, após 24 anos de sua implantação.

O município de Ilha Grande está situado a 6 km ao norte-oeste de Parnaíba. Estende-se por 134,3 km² e contava com 9.457 habitantes (IBGE, 2010). A densidade demográfica é de 66,36 habitantes por km² no território do município. Vizinho dos municípios de Parnaíba no Piauí e de Araiões e Água Doce no Maranhão (CIDADE-BRASIL, 2020).

Até o ano de 1994, o município pertencia a Parnaíba, sendo desmembrado pela lei estadual nº 4680, de 20/01/1994, e passando a ser distrito de Ilha Grande, antes povoado de Morros da Mariana, que em termos políticos-administrativos Ilha Grande tem em seu território o Porto dos Tatus, ponto turístico de partida para o Delta do Parnaíba.

O principal meio de transporte de Ilha Grande - Parnaíba - Ilha Grande é a Van (transporte tipo micro-ônibus), há muita circulação de bicicletas e motos. Saindo de Parnaíba em direção a Ilha Grande passa-se pela ponte Simplício Dias, sobre o rio Igarçu, à margem do rio, à esquerda há o Porto das Barcas, parte do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba tombado pelo IPHAN em 2008. Atravessando a ponte há uma estrada que segue para Ilha Grande e vários outros vilarejos.

A atual Ilha Grande foi povoada no ano de 1692, inicialmente, por dona Mariana Alexandrino Viana e sua família, próximo às margens de um Igarapé afluente do rio Igarçu. Havia vários morros que podiam ser vistos de longe, o que provavelmente fora associado ao nome da primeira moradora. Era denominado Morros da Mariana até a sua emancipação em 1994, passando a se chamar Ilha Grande (MENESES, 2009, p.29).

Sabe-se que a região da costa litorânea do Piauí foi habitada inicialmente por povos originários, há ainda poucos trabalhos de pesquisa sobre esse assunto (JOINA, 2011). O povoamento do território teria iniciado com a dizimação dos povos originários com a colonização no século XVII. A historiadora Claudete Dias (2008) fez uma análise acerca do povoamento no Piauí, destaca que o povoamento colonial provocou o despovoamento originário, levando a destruição de um povo e substituindo por uma sociedade colonial escravista.

Ilha Grande tem sua história marcada pela exploração da pecuária, por grandes fazendas de gado de famílias tradicionais de

Parnaíba, que exploraram essa atividade na comunidade. Segundo ALMEIDA (2014), deu-se também o cultivo da cana-de-açúcar para a produção de rapadura e de aguardente, mas a atividade não prosperou e os engenhos foram desativados. Os moradores cultivavam agricultura de subsistência, como a plantação de arroz, milho e feijão, além da criação de pequenos animais.

Conforme Silva Filho (2002) citado por Almeida, (2014), a partir de 1840, iniciou-se o plantio de arroz, porém em face da dificuldade de escoamento da safra por falta de estradas vicinais a atividade não prosperou. Atualmente, a comunidade de Ilha Grande encontra-se em meio a atividade turística, membros da comunidade migram de seu modo de vida tradicional, para seguir na atividades ligadas ao turismo. A economia do município hoje é baseada na pesca artesanal, cata de caranguejo, mariscos, artesanato de palha de carnaúba, renda de bilro, agropecuária, empregos públicos e pequeno comércio local.

Onde há rede, há renda

É nesse contexto sociocultural da APA Delta do Parnaíba, que estamos a construir um Inventário Participativo do ofício e modos de saber-fazer da renda de bilro dos Morros de Mariana. A maioria das rendeiras são filhas, mães, avós ou esposas de pescadores ou de lavradores, que resistem às adversidades ao longo de décadas. Até os anos noventa do século XX, havia pouca visibilidade do ofício, dos modos de saber-fazer do bico e renda a serem comercializados. Depois de anos de trabalho, em 1992, as artesãs conseguiram se organizar em uma Associação, com sede em uma pequena casa na entrada do Município, local onde trabalham e vendem as rendas. São várias gerações a usarem os mesmos moldes e mais recentemente a receberem consultorias para novos desenhos e moldes - a inserção do *design*.

A Casa das Rendeiras é ponto turístico de Ilha Grande, ganhou visibilidade após receber oficinas para o *design* de produção e moda, com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). As rendeiras já foram contempladas duas vezes com o Prêmio Top 100 de Artesanato, do SEBRAE Nacional. Receberam oficinas com *designers* e outros profissionais, como o estilista Walter Rodrigues, que resultou na participação no evento São Paulo *Fashion Week* em 2001.

Figura 1 – O ofício e modos de saber-fazer renda de bilro.



Foto: Cássia Moura, 2006. Casa das Rendeiras

Apesar de terem alcançado visibilidade com os projetos que foram desenvolvidos, há necessidade de empreender e manter viva a tradição. O saber artesanal presente nos Morros de Mariana é expressão cultural e elemento identitário da comunidade, sendo portanto, necessária a sua salvaguarda.

Como parte das ações de pesquisa, documentação, salvaguarda e comunicação dos patrimônios cultural e natural da APA Delta do Parnaíba desenvolvidas pelo Programa de pós-graduação, Mestrado Profissional, em Artes, Patrimônio e Museologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDP) para esta investigação adentramos o território, para conhecer e nos aproximar das comunidades e propor a solução de problemas do território, o que inclui o registro e salvaguarda do ofício e modos de saber-fazer das rendas de bilro.

Como parte dos recursos metodológicos e técnicos, o Manual de Aplicação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2000) nos auxilia por ser um instrumento indispensável para a realização de inventários desta natureza. Uma técnica de investigação e documentação para o patrimônio imaterial. No referido Manual, “[...] inventariar é um modo de pesquisar, coletar e organizar informações

sobre algo que você quer conhecer melhor”.

Nesta natureza de inventário, devemos considerar a participação direta dos detentores do patrimônio, são eles que o conhecem, assim como o território, as memórias e histórias da comunidade. São portadores de herança ancestral, transmitida de forma oral, fruto da cultura local, patrimônio cultural do território. O inventário do patrimônio deve ser analisado de acordo com os objetivos que se deseja alcançar. Hugues de Varine (2013) aponta que existem muitos métodos e destaca dentre eles: o Inventário Tecnocrático, realizado por agentes públicos; o Inventário Científico, realizado por profissionais da cultura; e o Inventário Participativo (IP), realizado com a efetiva e sistemática participação da comunidade.

No trabalho, optamos pelo IP, por ser desenvolvido com o envolvimento das pessoas que vivem cotidianamente o patrimônio, que passam a dialogar com o pesquisador ou especialistas que se utilizam de critérios científicos. Para Varine (2013), o IP trata de escutar os habitantes sobre o que eles consideram patrimônio de sua comunidade, bem como fornecer o maior número de informações sobre o assunto. Afirma, ainda, que é preciso constituir a base de um *corpus* patrimonial, que será o alicerce da pesquisa, para somente em seguida, ser enriquecido por pesquisas científicas, históricas ou administrativas mais aprofundadas.

Varine (2013) relata na sua experiência em trabalhos com o patrimônio na França, Portugal, Itália e Brasil que a base da constituição do IP se dá com a mobilização da comunidade. Considera o método mais eficaz para a proteção do patrimônio e para a sua introdução nas estratégias de desenvolvimento local. Para ele, “O inventário participativo é um ideal dificilmente acessível em virtude do caráter pouco democrático da maior parte dos regimes nacionais e locais da atualidade. Suscita o ceticismo (pra não dizer oposição) dos cientistas ou dos administradores. É lento. Entretanto, pode ter um caráter evolutivo” (2013, p. 56-57).

O IP dialoga com a pesquisa social aplicada, qualitativa, que estamos a empreender, com base no campo de estudos e intervenções do patrimônio cultural imaterial e museologia de inovação social, reconhecendo a diversidade cultural dos diferentes grupos sociais, especialmente da comunidade de rendeiras de Morros de Mariana, com o fito de contribuir para a salvaguarda do rico patrimônio associado à renda de bilro.

A história do município de Ilha Grande está ligada à renda de bilro, um tipo de artesanato feito em linha, através da manipulação do bilro e sobre uma almofada cilíndrica. A renda é tecida através dos

movimentos de troca dos bilros que são conduzidos por mãos habilidosas que vão preenchendo com as linhas, dando forma aos desenhos (piques) previamente feitos no molde ou papelão.

Para inventariar a renda de bilro temos que compreender como são feitas, quais artefatos e materiais são usados no ofício, a origem da renda no Brasil e no Piauí em particular. Identificar as mulheres que exercem o ofício, como aprenderam, como vivem e sobrevivem, quais os modos de saber-fazer.

Os artefatos usados no ofício e modos de saber-fazer são produzidos pelas próprias artesãs ou por seus companheiros: almofada, suporte ou grade, bilros, molde ou papelão, linha e alfinete. A almofada é feita de tecido, chita estampada, de algodão, estampas de cores fortes. A almofada possui formato cilíndrico, com enchimento de palha seca de arroz ou de bananeira, onde são afixados alfinetes, pique ou papelão, com desenhos ou moldes. A grade de apoio à almofada é feita de madeira. Os bilros são feitos dos frutos da palmeira tucum, árvore predominante na região, com uma haste de madeira bem leve, onde é enrolada a linha. Vale ressaltar que no início da produção de rendas, era usado o espinho de mandacaru, planta do gênero de cacto nativa do Brasil e abundante no território, para prender os pontos da renda, hoje, foi substituído pelo alfinete.

Figura 2 – Almofada com o molde e os bilros tecendo a renda



Fonte: Cássia Mora, 2021

De acordo com Meneses (2009), conforme citado por Almeida (2018, p.28), é possível que o surgimento da renda de bilro nos Morros da Mariana tenha ocorrido com Dona Mariana, considerada a primeira moradora dos Morros, motivo pelo qual foi denominado “Morros da Mariana”. Como em outros Estados do País, a renda de bilros dos Morros teria origem no ofício e modos de saber-fazer de mulheres portuguesas, que teriam ensinado às mulheres de pescadores. No caso do litoral do Piauí, a origem estaria ligada à migração de mulheres cearenses, que com seus maridos fugiram dos grandes fluxos de seca que assolavam o Estado ao longo de anos, com especial destaque na década de 1950. No Sul do Brasil, pode ter sido uma trajetória que teve início nos Açores e chegou à Santa Catarina. No caso do Piauí, podemos supor que as famílias dos colonizadores portugueses e seus descendentes, tenham trazido consigo o saber-fazer de Portugal e disseminaram pelo litoral e sertão do Estado.

No caso dos Morros da Mariana (ALMEIDA, 2018) teria sido Dona Mariana a transmitir o ofício e modos de saber-fazer por gerações, ao longo de décadas e que resiste e dá sentido às

memórias e histórias dessa comunidade até a atualidade. Meneses (2009) observou em sua investigação a falta de registros sobre a história das rendeiras, como também a falta de registros sobre a cultura local, ao tempo em que afirma que a história do ofício e saber-fazer renda se confunde com a história do território.

Embora vários pesquisadores tenham estudado a renda de bilro, no caso do Piauí, não foi possível, ainda, identificar a sua origem, não há dados, que nos permitam fazer quaisquer afirmações categóricas. Segundo Mme. Marguerite Du Berry é difícil determinar a origem das rendas de bilros: “em que época? Em que país vimos aparecer pela primeira vez as rendas? A essa pergunta nenhum dado histórico permite responder com rigor. [...] pelo conjunto se pode fixar a aparição da renda pelo século XV (1907, p. 17 apud MENESES, 2009, p. 128).

Em alguns países da Europa é possível encontrar a renda de bilro, como Portugal, Itália, Bélgica, Holanda, França, mas não se confirma o surgimento em nenhum dos países citados. Segundo (GIRÃO, 1984), citado por (MENESES, 2009), a renda parece ter surgido como derivado de nós feitos nas extremidades dos tecidos com o propósito de protegê-los. A fim de não desfiarem nas pontas, faziam-se amarrações que deram origem ao macramê e ao filet. Posteriormente, a renda teria surgido, já com um fins decorativos, separada do tecido, sem a necessidade de uma estrutura pré-existente para sustentá-la. Na Europa, também não é possível datar com precisão o surgimento da renda de bilro. A iconografia da época revela que começou a se produzir renda no final do século XV e início do século XVI.

Cristus Nóbrega (2009), sugere que no período neolítico algumas tramas de cipó, folhas e fibras naturais já eram tratadas e entrançadas para a confecção de utensílios e outros artefatos, que mais tarde levariam a criação da tecelagem. Quanto às rendas, apenas entre os séculos XV e XVI a história começa a apontar indícios de seu surgimento, tendo a Itália e Flandres reivindicado sua paternidade. Contudo, assinala o autor, existem indícios de que entre os séculos XII e XIII a renda já era confeccionada na Espanha e em Portugal, para onde os árabes, durante as guerras contra os cristãos, teriam levado alguns tipos de bordados e tramas que deram origem à renda e ao modo de fazer e usar no continente europeu. (OLIVEIRA, 2014, p. 5)

De acordo com Câmara Cascudo (1993) conforme citado por Almeida (2014), a renda de bilro do Brasil veio de Portugal, que teria recebido de Flandres (Bélgica), França e Itália:

[...] centros já notáveis desde meados e fins do século XV. No século XVII já era vista nas gravuras do Brasil holandês, enfeitando os trajes femininos e masculinos. O gosto pelas rendas está em todas as classes sociais. Ricas ou pobres, as mãos das moças brasileiras continuam tecendo os fios e criando beleza (CASCUDO,1993 apud ALMEIDA, 2014, p. 583).

No Brasil, é possível encontrar a renda de bilro nos Estados do Piauí, Ceará, Maranhão, Amazonas, Rio de Janeiro, região sul de Santa Catarina. O vizinho Estado do Ceará tem a tradição de fazer renda, supõe-se que da mesma época do Piauí, sendo encontrada mais facilmente no litoral, nas comunidades de pescadores artesanais.

A considerar o valor histórico-cultural da renda de bilro no Piauí e seu reconhecimento, a realização de um Inventário Participativo ampliará as possibilidades de proposição de um plano de salvaguarda do ofício e modos de saber-fazer da renda de bilro como cultural do Município de Ilha Grande e do Piauí, portanto, registro e salvaguarda de uma tradição e identidade da comunidade, portanto, essencial para garantir o direito à memória para as gerações presentes e futuras. Um dos objetivos do IP é proporcionar que grupos e gerações se conheçam e compreendam uns aos outros, a importância do patrimônio herdado, no nosso caso, um ofício e modos de saber-fazer que atravessa gerações.

Métodos e Técnicas

Neste estudo e intervenção estamos a usar a pesquisa social aplicada, qualitativa e participativa, associada a métodos e técnicas que se complementam na realização deste tipo de pesquisa, como é o caso da pesquisa participante, história oral e a etnografia. De acordo com Thiollent (2011, p. 18), “[...] a pesquisa ação ou pesquisa participante nasce da necessidade de conhecer e estudar os problemas da população envolvida”. Dentre outras características, essa natureza de investigação está alicerçada nos fundamentos da museologia social, o que nos permite envolver e dialogar com a comunidade de rendeiras e outros atores locais.

A participação da comunidade tem sido fundamental para a realização do trabalho. Conhecer o ofício e modos de saber-fazer proporcionará o reconhecimento e valorização desse patrimônio cultural. Na sua experiência como consultor do patrimônio cultural, Hugues de Varine, nos ensina que “[...] o patrimônio é a base de toda proposta de

desenvolvimento”, ele explica que: “[...] meu método favorito consiste em tomar conhecimento de uma região, percorrendo-a a pé, com os habitantes, que utilizo como uma espécie de guias, e fazendo-lhes falar de seu patrimônio” (VARINE, 2013, p. 35).

A comunidade da pacata cidade de Ilha Grande é, portanto, herdeira de um ofício e modos de saber-fazer. A renda de bilro é conhecida por sua beleza e tradição, revelam a expressão cultural das rendeiras detentoras de modos de saber-fazer transmitido de geração em geração.

Por se tratar de um produto facilmente imitado por grandes indústrias nacionais e internacionais, em face da globalização, a arte está ameaçada de desaparecer. Outro ponto que deve ser considerado é o número reduzido de artesãs que seguem na atividade, sendo que o pouco interesse dos mais jovens em continuarem o ofício, o que ocasionará dentre outros fatores, a perda de memória da arte, do ofício e modos de saber-fazer a renda de bilro.

A nossa escolha pelas mulheres da Casa das Rendeiras, sede da Associação, para início da observação dos ofício, nos permite realizar nossos estudos e intervenções para o registro da renda de bilro dos Morros da Mariana. Este é o primeiro IP do ofício e modos de saber-fazer da renda de bilro no Estado, mas há artigos científicos, trabalhos acadêmicos, livros, documentários e outros trabalhos realizados por entidades públicas e privadas sobre as rendeiras. O que pretendemos é compreender e registrar o percurso das mulheres rendeiras desde antes da Associação, até a atual situação dos trabalhos desenvolvidos na Casa. Procuraremos descrever e sistematizar os trabalhos envolvendo as rendeiras de Ilha Grande.

As artesãs constroem parte da história da comunidade ao longo de anos, através das peças tecidas com mãos habilidosas desde muito jovens. A comunidade conhecida tem se destacado no cenário nacional pela beleza e delicadeza da produção da renda de bilro, um componente da identidade cultural do lugar.

O modo de saber fazer renda de bilro é transmitido pela oralidade de geração em geração ao longo da existência, é patrimônio cultural imaterial conforme define a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Essa natureza de patrimônio é transmitida de geração em geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu ambiente, de sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade.

Em nossos encontros com as rendeiras de Ilha Grande, para a realização deste IP, em janeiro de 2020, encontramos uma Casa e

Associação (Casa das Rendeiras) com visibilidade, mas frágil, a considerar a não continuidade do aprendizado, do interesse por parte dos mais jovens e por falta de uma política pública para o patrimônio cultural no Piauí. Ao longo desses encontros e diálogos, foi possível vivenciar um pouco do cotidiano dessas mulheres, a movimentação de turistas visitando a Casa, o toque dos bilros, que é música para quem escuta, e que mantém ainda mais forte o nosso desejo de inventariar esta tradição.

Figura 3 – Inventário Participativo. Casa das Rendeiras



Fonte: Áurea Pinheiro, 2020

As atividades de pesquisa de campo foram iniciadas em 2019, começamos com uma conversa informal com as rendeiras na Casa onde trabalham e que é sede da Associação para nos aproximar e explicar a natureza do trabalho, dar tempo para que quisessem participar do trabalho, adquirir confiança das mulheres para a partir de então poder conhecer e sistematizar os trabalhos que já foram realizados por outros pesquisadores, bem como identificar as possíveis contribuições deste IP para a salvaguarda desse patrimônio cultural.

Para o percurso do IP escolhemos a pesquisa de natureza qualitativa, que requer um diálogo próximo entre pesquisador e

participantes a fim de conhecer o objeto da investigação. Em se tratando de pesquisa social, é necessária a imersão do pesquisador na comunidade que será estudada com o intuito de interpretar o cotidiano das pessoas, seus anseios, desejos e necessidades.

Bastos (2007) analisa que as pesquisas qualitativas são caracteristicamente multimetodológicas, ou seja, utilizam múltiplos procedimentos e técnicas de coleta de dados. Para a autora, uma abordagem fundamental é a entrevista, complementada por outras técnicas e métodos de abordagem.

Nesse sentido, para a realização de um IP estamos a usar a pesquisa participante, que, segundo Thiollent (2011, p. 20), corresponde a uma “[...] pesquisa social com base empírica que é realizada em estreita associação com uma ação ou resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”.

Escolhemos igualmente a história oral que tem uma relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. (ALBERTI, 2005). Consiste em um conjunto de procedimentos técnicos para a utilização do gravador em pesquisa, para depois ser transcrito. Funciona como uma ponte entre teoria e prática.

Alberti conceitua história oral como método de pesquisa que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo (2005, p. 18). Tal conceito já justifica o uso do método da história oral na realização de um Inventário Participativo (IP), tendo em vista a necessidade de abordagens com entrevistas para trabalhar com memórias e descobrir eventos ainda desconhecidos.

A história oral é um campo do conhecimento relativamente novo, foi introduzido no Brasil, nos anos 1970 mas, somente nos anos 1990, teve expansão mais significativa. Desde então, importantes contribuições foram feitas para o uso em programas de pós-graduação, além disso, o intercâmbio com pesquisadores estrangeiros e outros programas internacionais, criaram canais importantes para o debate e a troca de experiências.

Estamos, a seguir, esse percurso metodológico, a considerar a importância da história oral como metodologia para a pesquisa de caráter social. Acreditamos na importância da aplicação do método da história oral na elaboração de um Inventário Participativo (IP). Ressaltamos a riqueza do depoimento oral como fonte informativa em

pesquisas científicas de caráter social. Para uso desse método, recorreremos a autores como Alberti (2005), Portelli (2005); no campo da museologia e do patrimônio recorreremos a Varine (2013), na pesquisa social a Thiollent (2015) e outros.

O uso da História Oral para a realização de Inventário Participativo

A história oral complementa a produção de conhecimentos, potencializa a elucidação de fatos, uma vez que dialoga com outras fontes de coleta. No caso desta investigação, um dos objetivos do Inventário é fazer com que os grupos e gerações se conheçam melhor e compreendam melhor uns aos outros, entendendo a importância do patrimônio herdado, no nosso caso, um ofício e modo de saber-fazer que atravessa gerações. Neste sentido, a efetiva participação das pessoas que conhecem o lugar, a história da comunidade, é rica em informações da sua própria cultura, ou seja, do seu patrimônio cultural, daí a importância da inclusão dos sujeitos sociais na pesquisa. A participação da comunidade é fundamental para a realização do trabalho de Inventário, tendo em vista que eles sabem mais do seu patrimônio cultural, do que o próprio pesquisador.

A noção de patrimônio cultural imaterial com a qual trabalhamos não é a de bens herdados de familiares, mas de patrimônio que possa ser identificado como valor cultural para todos de um grupo ou de uma comunidade.

Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e saber-fazer – assim como instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como fazendo parte do seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial transmitido de geração a geração é recriado permanentemente pelas comunidades e grupos em função de seu meio, de sua interação com a natureza e de sua história, e lhes confere um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (DESVALLÉSS; MAIRESSE, 2013).

A renda de bilro se insere nessa categoria de patrimônio por ser representativa na comunidade, além de ser uma referência identitária das mulheres que dominam os modos de saber-fazer, transmitidos por gerações. Neste sentido, destacamos a importância de inventariar esse ofício significativo com o qual a comunidade dos

Morros da Mariana se identifica, além disso, estamos a fortalecer e adensar a visibilidade das referências culturais do território.

Para recuperar as histórias das famílias que detém o ofício e modos de saber-fazer da renda de bilro é necessário estimular a memória. A história oral, nessa perspectiva, serve para recuperar memórias e experiências, histórias vividas, tradições transmitidas por gerações. Estamos a realizar entrevistas como nos ensina Portelli (1997, p. 31) “[...] entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”.

Na aplicação do método da história oral é necessário compreender o processo, para não correr o risco de uma pesquisa de conteúdo duvidoso e com informações equivocadas. “Fazer história oral não é simplesmente sair com um gravador em punho, algumas perguntas na cabeça, e entrevistar aqueles que cruzam nosso caminho dispostos a falar um pouco sobre suas vidas [...]” (ALBERTI, 2005, p. 29).

O método da história oral, como qualquer outro, deve ser sistematizado, pois trata-se de um instrumento capaz de produzir conhecimento. O pesquisador deve elaborar questões, perguntas que estimulem a memória do entrevistado, sem, contudo, induzir a resposta. A investigação deve apresentar perguntas chaves que justifiquem a sua proposta, e, nessa perspectiva, deverá seguir um roteiro de acordo com o projeto de pesquisa pré-elaborado.

Para a escolha dos atores sociais que irão participar da pesquisa, “[...] convém selecionar os entrevistados entre aqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos” (ALBERTI, 2005, p. 31-32), ou seja, selecionar pessoas “chaves”.

Segundo Alberti (2005, p. 23) “a história oral é a história de pensar que o vivido é lembrado de forma diferente por cada indivíduo, que ao contar algum acontecimento atribui diferentes configurações de importância ou de percepções”. O pesquisador que usa a história oral tem a possibilidade de recuperar memórias que não estão em registros escritos. O entrevistador deverá conhecer bem o objeto de estudo para poder formular perguntas assertivas, e dessa forma, chegar ao objetivo da pesquisa.

No IP, os participantes estão diretamente ligados ao processo para que se constitua a base de um *corpus* patrimonial que pode, em seguida, ser enriquecido por pesquisas científicas, históricas ou administrativas mais aprofundadas. Portanto, o investigador deve

cercar-se de cuidados na escolha dos atores que irão participar do processo de investigação.

No Manual de Aplicação do INRC do IPHAN, há algumas recomendações (IPHAN, 2016):

- Organizem a equipe e a distribuição de tarefas;
- Levem cadernos para anotar as informações, especialmente aquelas não solicitadas nas fichas;
- Organizem o material de campo para não perder os desenhos e as anotações;
- Consultem antes as pessoas que vão entrevistar, para saber se elas estarão disponíveis;
- Sempre que forem entrevistar alguém, expliquem antes os objetivos do trabalho e procurem criar uma relação de confiança com o entrevistado;
- Se não conseguirem do entrevistado as informações que procuram, paciência. Não se esqueçam de que as pessoas dão o tempo e o conhecimento de que dispõem e que, sem elas é impossível realizar o trabalho;
- Procurem entrevistar várias pessoas sobre a mesma referência cultural, para obter diversas opiniões, histórias e significados. A pesquisa será até mais rica e intrigante quando as respostas forem contraditórias;
- Entrevistem pessoas de diferentes idades. Jovens e idosos podem revelar informações sobre as transformações da referência cultural;
- Procurem entrevistar pessoas que tenham relações diferentes com a mesma referência cultural: o mestre e o brincante, um proprietário de imóvel e um mestre de obras, o grafiteiro e o morador de rua grafitada etc.;
- Documentem a pesquisa com os equipamentos sugeridos. Gravem as entrevistas, façam anotações, desenhos, fotografias e filmagens;
- Procurem descobrir se há alguma pessoa no grupo ou na comunidade que trabalhe com audiovisual, e que esteja disposta a participar. Ela pode dar uma ajuda valiosa!

No Manual há modelos de fichas contendo orientações para o preenchimento. Dentre as fichas sugeridas, existe a do roteiro da entrevista que serve para organizar os assuntos que o grupo considera importantes para caracterização da referência cultural que está sendo inventariada. São informações valiosas para o investigador obter êxito nas entrevistas.

É importante que a entrevista ocorra de maneira agradável e franca. Para valorizar as conversas e garantir uma interação mais aprofundada com os entrevistados, não se preocupe em seguir à risca a ordem e os campos da ficha. Algumas pessoas são mais falantes; outras, mais tímidas. Respeitem isso e deixem o diálogo fluir! (IPHAN, 2016, p. 78).

O resultado da entrevista será objetivo. Seguindo as orientações do Manual, aplicando as metodologias adequadas, certamente o investigador terá um resultado satisfatório da sua pesquisa.

Dona Socorro Galeno, fundadora e presidente da Associação, nos relata a trajetória das rendeiras e os benefícios do referido projeto.

Quando eu me entendi aqui no Morro da Mariana era só renda e bico em metro, depois a gente começou a fazer pala, depois pano de bandeja, depois aplicações de vários tamanhos e de vários tipos, depois começamos na moda [...], foi quando a gente foi ao São Paulo *Fashion Week* e tal, começamos na moda a fazer blusa, vestido, saia, e depois começamos com colar, brinco, e hoje a gente faz tudo [...], é bem interessante” (GALENO, 2021).

Ao falar sobre a produção de rendas e como vendiam antes de estarem associadas e trabalharem em um local fixo, nos responde:

Quando foi pra fazer essa Casa, a gente antes trabalhava em casa [...], aí era difícil para as pessoas, sempre a gente vendeu renda, as pessoas vinham comprar aqui no Morro da Mariana, sempre teve as rendas, a gente trabalhava em casa debaixo das árvores, se juntava um grupinho debaixo das árvores e quando as pessoas chegavam pra comprar era muito difícil, que ia na casa de fulana, e sicrana ver o que tinha e o que não tinha, aí a Jaqueline começou a aparecer por aqui já no PROMOART e o PRODART com a D. Carlota esposa do Freitas Neto – elas gostavam muito de renda – e por lá fizeram essa praçeria, fizeram uns projetos pra dar umas casas de artesanato e incluíram nós, vieram aqui e fizeram uma reunião [...] onde vamos fazer a casa das rendeiras? Se juntarmos todas as rendeiras, perguntaram se a gente queria a casa, a gente, claro que nós queremos, e aí foi escolhido esse lugar exatamente pra pegar a passagem de quem vai pro Delta e tal, né. (GALENO, 2021).

Os programas citados por Dona Socorro Galeno são o Programa de Promoção do Artesanato de Tradição (PROMOART) e

Programa de Desenvolvimento do Artesanato do Piauí (PRODART), de apoio ao artesanato, responsáveis por permitir a capacitação e importantes para fortalecer e difundir o trabalho das rendeiras dos Morros de Mariana, além de incentivar as rendeiras a se organizarem em uma associação.

Entre 2005 e 2009, foi realizado o Projeto Cultura e Renda: preservação e difusão da renda de bilro, que teve como proponente a museóloga Giselle Peixe e a participação de alunos de *design* e professores de universidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, financiado através do edital Petrobrás Cultural em 2005. O projeto destacou a importância do patrimônio imaterial e caracterização de identidade cultural da comunidade, envolvendo as rendeiras de bilro de Morros de Mariana. Teve como uma das propostas a criação de um museu, mas não se realizou.

Considerações Finais

Tramando fios, as mulheres revelam suas histórias e força a partir deste fazer tão delicado. Trazido pelos europeus a partir do século XVIII, este artesanato se espalhou pelo Brasil como expressão da nossa habilidade e talento. São variadas as técnicas das rendeiras: de bilro, filé, irlandesa, turca, tenerife, frivolité, renascença... Em cada lugar, elas foram se modificando, ganhando novos pontos e tramas e também um sotaque regional. As variações vão desde o material utilizado pela artesã e a matéria-prima da linha até como ela é tramada e as inspirações para os motivos da renda. Um saber passado de mãe para filha, que exige habilidade manual e é carregado de riqueza estética. (SEBRAE, 2014, p. 8)

Os Inventários participativos são potencializados no Brasil com a reformulação de metodologias propostas pelo IPHAN, como o próprio INRC, disponibilizado em 2012, com o Inventário Pedagógico do Programa Mais Educação do Ministério da Educação e Cultura do Ministério da Educação (MEC).

Pela dinâmica de aproximação com as comunidades e em função da diversidade cultural, foi necessário pensar uma ferramenta que considerasse não apenas as referências culturais, mas para ser um instrumento de mobilização e sensibilização das comunidades para a importância do seu patrimônio cultural, processo que se ocorre meio de atividades formativas de educação para o patrimônio (IPHAN, 2016).

O INRC é um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN, possibilita identificação e

documentação de bens culturais tanto de natureza material como imaterial, sendo os objetivos principais:

1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e

2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua preservação.

Sobre este ponto, Varine (2013) nos ensina que para a realização do IP é preciso escutar a comunidade sobre o que consideram patrimônio, destaca a importância de estarmos atentos aos lugares, objetos, mesmo que não correspondam a critérios tradicionais. Dessa maneira, à medida que as pessoas participam do processo de desenvolvimento da pesquisa, ampliam a visão sobre o patrimônio cultural e reforçam os laços com suas referências culturais. Ao considerarmos a relevância da proteção e salvaguarda de bens de natureza imaterial, buscamos compreender a lógica do (IP), dos critérios técnicos e políticos para definição e preservação do que é considerado patrimônio.

Esses critérios que atravessam o IP são definidos em função do objetivo, e para o caso do IP, a primeira etapa foi a **formação da equipe** que participa do processo, visto que as pessoas são o principal recurso para a interpretação do patrimônio da comunidade. O agente de desenvolvimento, neste caso o pesquisador e sua equipe, trabalha com a contribuição dos detentores dos patrimônios no território, pois são os que compartilham os seus conhecimentos sobre o patrimônio.

Além disso, Varine (2013, p.37) nos ensina que “o patrimônio é um capital para o desenvolvimento”, para ele, “esse capital é herdado, o que significa que os herdeiros devem administrá-lo: conservar no sentido físico do termo não é suficiente. É preciso fazê-lo viver, produzir, transformar-se, para permanecer útil”. Ele recomenda que os critérios de escolha do inventário sejam estabelecidos pelo agente de desenvolvimento e membros da comunidade interessados em desenvolvimento, e ressalta que a vantagem do Inventário Participativo em relação a outros modos de inventários é o desenvolvimento das comunidades.

Na etapa de **aplicação de fichas de identificação**, questionários, fichas de campo e outras que sejam necessárias, estamos a adaptar os modelos do Manual de Aplicação do INRC, ao

modelo proposto por Hugues de Varine, considerando as boas práticas apresentadas em sua experiência na realização de trabalhos em comunidades.

Ao final do trabalho de campo redigiremos um **relatório** com registros fotográficos e audiovisuais (ver INRC).

Ademais, o IP será construído de forma participativa, dialógica, colocando as pessoas como parte inerente ao patrimônio, e que participam ativamente do processo. No nosso caso, as artesãs e comunidade irão contribuir para a realização deste trabalho que tem o propósito de alcançar o reconhecimento tanto de bem patrimonial como valor comercial do artesanato de Renda de Bilro desenvolvido em Ilha Grande.

Referências

ALBERTI, Verena. **Manual de História oral: a experiência do CPDOC**. 3. ed. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2005.

ALMEIDA, Ana Carolina de Campos. **A vida das rendas de bilro em Ilha Grande - PI**. Tese (doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas - SP, 2018.

_____. **Tecendo investigações sobre rendas**: o trocar dos bilros no Piauí. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas - SP, 2014.

BASTOS, Núbia Maria Garcia. **Introdução à metodologia do trabalho acadêmico**. Fortaleza, Nacional, 2007.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2016.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François; trad. Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. **Conceitos chaves de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/ilha-grande/historico>>

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Educação Patrimonial. Inventários participativos: Manual de aplicação / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; texto: Sônia Regina Rampim Florêncio et al. – Brasília-DF, 2016.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais. Manual de Aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual do INRC.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf)>

- LEITE, Pedro Pereira. **Museologia e Inovação Social** – Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, 2014.
- LONDRES, Cecília. O Patrimônio Cultural na formação das novas gerações: algumas considerações. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org) – **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa, 2012. (Caderno temático; 2)
- MENESES, Ana Claudia Pires Fontenele de. **Quem te ensinou a fazer renda?** A cultura dos morros da Mariana - Pi como influência na educação pela renda de bilro. Dissertação de mestrado, Fortaleza, 2009.
- OLIVEIRA, Márcia Pereira. Coleção Luíza Ramos: um Nordeste imaginado em rendas. Dissertação. Rio de Janeiro, UNIRIO/MAST, 2014
- PINHEIRO, Áurea da P. Patrimônio Cultural e Museus: por uma educação dos sentidos. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n.58, p. 55-67, out/dez 2015.
- PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós Graduados de História. ISSN 2176-2767. São Paulo. Fev. 1997.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18. ed. São Paulo – Cortez, 2011.
- SEBRAE. Centro de Referência do Artesanato Brasileiro. A potência do objeto. Brasília, 2014
- UNESCO. **Convenção Internacional para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. Paris, 2003.
- VARINE, Hugues de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2013.